



Reunidos ontem os donos de escolas decidiram continuar com a paralisação, que amanhã completa uma semana



No encontro dos pais, a proposta foi exigir hoje de Roriz que intervenha imediatamente nas escolas paralisadas

GDF ameaça ir à Justiça contra escolas

O GDF pode acionar a Justiça contra as escolas particulares caso não seja aprovado o retorno às aulas até amanhã. A própria liminar que pôs fim à liberdade vigiada abre margem para a aplicação de medidas punitivas, e o consultor jurídico do DF, José Milton Ferreira, já estuda uma forma de colocá-las em prática. O governo recebeu com muitas ressalvas a manutenção do locaute, e começa a considerar ineficiente o diálogo.

Na reunião entre o presidente do Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino Privado de Brasília (Sinepe), Jaime Zvelter, e o governador Joaquim Roriz, realizada na última segunda-feira, criou-se a perspectiva de que o movimento das escolas particulares duraria no máximo até ontem. Mas os dirigentes decidiram permanecer com o locaute até que o Conselho de Educação do DF reveja a situação de 15 escolas, classificadas de prejudicá-las com a liminar.

Zvelter justificou a manutenção do locaute como uma maneira de assegurar que o Conselho de Educação apressaria a análise das plani-

lhas das escolas "prejudicadas com a liminar". Até a noite de ontem, no entanto, nenhum estabelecimento havia encaminhado os documentos necessários para uma revisão dos índices de reajuste.

Com a liminar, as mensalidades foram autorizadas a subir no máximo 144 por cento até julho. Em agosto o índice liberado foi de 60 por cento, e é justamente a partir desse número que surgiram as divergências. Muitos estabelecimentos consideram injusto o tratamento único para todos. Segundo Zvelter, existe uma diferença acentuada de gastos de uma escola para outra. O Decreto 232/69 do CEDF abre possibilidades para análises diferenciadas. Roriz negociou uma avaliação urgente das planilhas, mas as escolas mantiveram a "greve".

Antes do Conselho emitir uma opinião, no entanto, há dependência dos pareceres técnicos da Comissão de Encargos Educacionais, reunida ontem. Por avaliar que não é possível que todos os casos sejam vistos antes do fim do locaute, o GDF decidiu agir.